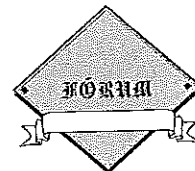


# FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES METROPOLITANAS



ATA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES METROPOLITANAS - FÓRUM. Belém, Novotel Belém, 29-30 de abril de 1999

## SESSÃO DE ABERTURA

Aos 29 (vinte e nove) dias de abril de 1999 (mil novecentos e noventa e nove), no Novotel Belém sito à Av. Bernardo Sayão, 4804, Belém do Pará, com a presença das entidades membros, através de seus representantes respectivamente: Dário Lisboa Fernandes Júnior, COHAB-PA, Ermelinda Gonçalves, FIDEM/PE, Walter Fanini, COMEC/PR, Jorge Branco, METROPLAN/RS, e de Josenita Dantas, IDEMA/RN, Ailton Brasiliense Pires, Secretário Executivo da ANTP, Paulo Elcídio Chaves Nogueira, Secretário Executivo de Desenvolvimento Urbano e Regional do Pará, e Cicerino Cabral do Nascimento, Presidente da COHAB-PA, às nove e trinta horas, sob a coordenação de Dr. Dário Lisboa Fernandes Jr., 1º Vice-Presidente do Fórum, no exercício da Presidência, teve início a 8ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas - FÓRUM. A Sessão de Abertura, contou também com a presença dos Senhores José Augusto Soares Affonso, Secretário de Infra-estrutura do Pará, do Prof. Ari Loureiro da UFPA, Almir Gatti, do DETRAN-PA, Dep. César Colares, Assembléia Legislativa do Pará, Neuton Miranda, Prefeitura de Belém, Madalena Mendonça, Secretaria Especial de Proteção Social do Estado, e Eduardo Loureiro, Zinda Lobato Pereira, Nazaré Bentes, Nazaré Guimarães e Marilda Durães, assessores da COHAB-PA, entidade anfitriã do FÓRUM. Dr. Dário Lisboa, saudou os presentes em nome da Presidente, Dra. Sônia Calheiros, que não pôde comparecer em virtude de seu afastamento da FIDEM, transmitindo a sua mensagem de incentivo e confiança na continuidade do trabalho do FÓRUM sobretudo nesse momento em que a União sinaliza para a *retomada da questão urbana com a criação da SEDU/PR*. A seguir, justificou a ausência de Dr. Ailton Cury, 2º Vice-Presidente do FÓRUM, também afastado da SEPLAN/MG e passou a presidência a Dr. José Augusto Affonso, Secretário Especial de Infra-Estrutura do Pará que, em nome do Governador, declarou **aberta oficialmente a Reunião**, tecendo considerações sobre a prerrogativa dada aos Estados pela Constituição Federal/1988, de criar regiões metropolitanas. Colocou para reflexão, a forma de gestão compartilhada, alertando que era simples implantar a instância institucional através de Conselhos e que o complicado era a instância política. Aproveitou para anunciar que o Governador havia sancionado lei criando a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Regional e Urbano - SEDURB-PA - sendo uma de suas missões a implantação de região metropolitana, aglomerados urbanos e micro regiões. Pronunciaram-se em seguida: i) o Dep. César Colares, representando a Assembléia Legislativa do Pará que dizendo de sua satisfação de participar da reunião do FÓRUM, desejou sucesso ao evento e falou da inquietação das prefeituras em tratar dos problemas de interesse comum, questão na ordem do dia em Belém, e do seu interesse em contribuir nesse debate e na implementação do Sistema Gestor da RMB; ii) Dr. Neuton Miranda, representante do Prefeito de Belém, que falou que por ser este um processo amplo que envolve vários parceiros, deve respeitar as particularidades e a autonomia de cada município, entendendo o mesmo como processo também de fortalecimento do poder local. Dizendo que os problemas comuns exigiam uma articulação para enfrentá-los, manifestou o interesse de participar do processo de gestão metropolitana, desejando que o mesmo se desenvolvesse com êxito; iii) Dr. Cicerino Cabral do Nascimento, Presidente da COHAB-PA, reportou-se ao processo desenvolvido sobre a questão metropolitana no Estado a partir de 1995, dizendo que a formulação proposta procurara atender aos dispositivos legais das Constituições Federal e Estadual, respeitando a autonomia municipal sem que isso significasse a omissão dos outros dois níveis - o Estadual e Federal. O modelo discutido com os municípios membros, propunha a implantação de um Conselho com base no sistema bi-cameral em que Estado e Municípios decidiam sobre as questões de interesse comum para a cidade metropolitana. Entendendo que os problemas metropolitanos tinham urgência de serem enfrentados, fez votos de que questões como transporte, saneamento básico, destinação final do lixo fossem tratados no âmbito da gestão compartilhada. iv) Dr. Paulo Elcídio Nogueira, Secretário Executivo de Desenvolvimento Urbano e Regional do Pará, expôs que a questão urbana vinha sendo tratada de forma dispersa por vários órgãos do Estado, situação que esperava ver corrigida com as modificações introduzidas no processo de reforma administrativa vivenciado pelo Estado com a implantação da Secretaria Especial de Infraestrutura e suas vinculadas. Ressaltando que as ações relativas ao desenvolvimento urbano e metropolitano deviam ser tratados de forma integrada e compartilhada, registrou a importância de criar mecanismos para tratar a questão numa visão de conjunto, de cidade metropolitana, esperando com relação à RMB, a promoção da gestão compartilhada com os municípios. A seguir, foram considerados **empossados os novos representantes das entidades membros do FÓRUM**, que passa oficialmente a partir desta reunião a ser integrado também pelo IDAM/RN, entidade de apoio à Região Metropolitana de Natal. Nada mais havendo a tratar, Dr. José Augusto Affonso, Presidente de honra deu por encerrada a sessão, desejando sucesso ao FÓRUM.

## PLENÁRIA 1: Informes das entidades metropolitanas

Às 11 (onze) horas, no mesmo local, de acordo com a pauta, Dr. Dário Lisboa Fernandes Jr, assumindo a Presidência da reunião, deu início a Sessão Plenária de **Informes das entidades metropolitanas referentes a mudanças institucionais e prioridades** decorrentes de reformas administrativas implantadas nos Estados pelos novos governadores. Falando pela **COHAB-PA**, entidade que representa a RMB no FÓRUM, informou que em razão da transferência da função de planejamento e gestão metropolitana para a recém criada Secretaria Executiva de Desenvolvimento Regional e Urbano do Pará vinculada à Secretaria Especial de Infra-Estrutura, conforme já exposto, esta passava a integrar o FÓRUM em substituição à COHAB. Dr. Jorge Branco, Superintendente da **METROPLAN/RS**, a seguir, colocando suas expectativas e incentivo para o FÓRUM manter-se como espaço de discussão dos assuntos metropolitanos, expôs o redirecionamento da **METROPLAN**, como órgão efetivo de gestão urbana do Estado, que deve abdicar do papel de assessoria do Estado aos municípios, e atuar predominantemente sobre a RMPA e Aglomerado Urbano do Nordeste do Estado e secundariamente sobre o Aglomerado Urbano Pelotas/Capão do Leão, tendo três grupos de prioridades: de ação, que se voltam para a implantação do Sistema Estadual de Transportes Metropolitanos com a instalação do Conselho Metropolitano de Transporte, de um Sistema Metropolitano de Macrodrenagem, apoio aos Comitês de Bacia, ações de manejo de resíduos sólidos, e diretrizes de qualificação no uso e ocupação do solo; prioridades de articulação: disseminação da experiência de orçamento participativo de Porto Alegre no Orçamento Estadual e demais municípios do Estado e investimento em programas e projetos de cooperação (busca de parcerias, conhecimento técnico e linhas de financiamento); e prioridades de sustentação: implantação do Sistema Metropolitano de Geoprocessamento, do Sistema de Cartografia Compartilhada - Estado e Municípios, e capacitação em análise sócio-econômica, avaliação de ações e cenários. Com referência à RMPorto Alegre, que reúne 27 (vinte e sete) municípios, que apresenta uma unidade real, problemas comuns e uma cultura metropolitana, resolveu-se consolidar a existência de um órgão gestor, concentrando-se na **METROPLAN** pela sua credibilidade, e resgatar a idéia de um Plano Diretor. Com referência à gestão, chamou atenção de que para problemas comuns, não bastava condomínio de municípios, porque os problemas também eram do Estado e da União; e que não existia Conselho Metropolitano, entretanto havia demandas por parte dos municípios o que poderia reforçar a efetivação de um sistema gestor. A seguir, a representante do **IDEMA/RN**, Josenita Dantas, fez o informe sobre a RMNatal, composta por 6 (seis) municípios, criada por lei aprovada em janeiro, mas ainda não implementada e sobre a missão assumida pelo **IDEMA/RN**, de apoio e regulamentação da mencionada lei e implantação do modelo de gestão proposto, que dispõe de um Conselho Deliberativo sob a presidência do Secretário de Planejamento do Estado. Registrando a dificuldade de conceituar os problemas de interesse comum, disse que entre os temas em discussão estavam: a questão ambiental, a destinação final do lixo e o sistema de transporte. O representante da **COMEC/PR**, Walter Fanini, falando a seguir, referiu-se a falta de constância de procedimentos e ao processo inercial que se encontrava a RMC com a estrutura montada quando da promulgação da Lei Fed. Compl. 14/73, com o Conselho funcionando em decisões pontuais, alternando-se de acordo com os interesses. Considerando a inexistência de um modelo institucional operante, a despeito de haver a consciência de não ser a melhor forma de gerir o território metropolitano formado por 25 (vinte e cinco) municípios, expôs a proposta de um novo modelo para a gestão das funções públicas de interesse comum que estava sendo trabalhada no processo de institucionalização da Região Metropolitana de Curitiba. O modelo, continuou "propõe um Instituto que definirá a linha mestra de ação e planejamento e agrega uma estrutura técnica que disporá de um sistema de informações de apoio à tomada de decisões". Concluindo, solicitou uma análise crítica do documento apresentado e disse que o grande desafio era estruturar um órgão metropolitano no espaço democrático. Em seguida, como representante da **FIDEM/PE**, eu, Ermelinda Gonçalves, justifiquei a ausência da Diretora-Presidente, Amélia Reynaldo, e fiz um informe das mudanças sofridas pela entidade em decorrência da recente reforma administrativa do Estado, com a ampliação das suas funções para todo o Estado. Com a fusão com a Fundação de Desenvolvimento dos Municípios do Interior, a **FIDEM** passou a ser Fundação de Desenvolvimento Municipal, assumindo a missão de implementar o programa de descentralização do Governo tendo como carro chefe o *Programa Governo nos Municípios* que objetiva inicialmente indicar, a partir dos pleitos da sociedade e lideranças políticas e municipais, as prioridades das dez regiões de desenvolvimento do Estado a serem consideradas no orçamento do próximo exercício e no plano plurianual. Com referência à RMR, continua atuando como secretaria executiva do **CONDERM** e tem como prioridades: a implementação do Plano Diretor, o Projeto do Sistema Gestor de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, o Prometrópole em negociação com o BIRD, o Sistema de Informações com o Projeto UNIBASE - Unificação das bases cadastrais, entre outros. Na qualidade de secretária executiva do FÓRUM, transmiti a seguir, as justificativas das ausências em função de reformas administrativas e/ou dificuldades locais da EMPLASA, Sec. de Obras do RJ, SEDURB/CE, e CODESC-SC, informando que o Governo do Rio de Janeiro deveria rever a questão metropolitana, totalmente esvaziada, e que outras modificações estavam em andamento, a exemplo da SEDUR no Ceará bem como sobre a institucionalização de novas regiões metropolitanas, como Vale do Aço em Minas Gerais. A seguir, o Presidente propôs deixar a proposta de reorganização do FÓRUM para amanhã, sendo aprovada pelos presentes; e deu por encerrada a Sessão, devendo os trabalhos serem reiniciados logo após o almoço.

## PLENÁRIA 2: Agenda de trabalho do FÓRUM

Às 14 (quatorze) horas, Dr. Dário Lisboa deu início à segunda sessão plenária dizendo que em face da ausência do representante do IJNS/ES, que deveria apresentar o Informe sobre a Lei Federal nº 9785 de 29.01.99 que altera o Decreto - Lei nº 3365/41 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nº 6015/73 (registro públicos) e 6766/79 que dispõe sobre parcelamento urbano, a secretaria executiva do FÓRUM estava distribuindo o material entregue no Seminário promovido pela SEDU/PR em março último. A seguir, informou a impossibilidade de comparecimento de Dr. Ricardo Lima, Coordenador de Política Urbana do IPEA, ficando nesse caso postergada a discussão da agenda do FÓRUM com o IPEA; e passou a palavra a Dr. Ailton Brasiliense Pires, Secretário executivo da ANTP com vistas a discutir a **agenda de trabalho com a ANTP**, objeto de Acordo de cooperação técnica e institucional celebrado entre ANTP e o FÓRUM. Nesse sentido, o mesmo discorreu sobre a situação de transporte urbano enfrentada atualmente pelas Metrôpoles do país e sobre o trabalho que a entidade presta junto aos Fóruns de Secretários Estaduais e Municipais de Transporte. Falou das conquistas obtidas com o trabalho conjunto, a exemplo do Código Nacional de Trânsito e Vale Transporte; do aprendizado proporcionado pela troca de informações e experiências, e de negociações desenvolvidas pelos Fóruns bem como da oportunidade da presença e agilidade por vezes necessária para assegurar avanços obtidos e discutir políticas e parâmetros para propostas, com negociação a nível federal. Considerou a relevância deste FÓRUM para discutir problemas que não são resolvidos nem pelos municípios nem pelos Estados, mas conjuntamente, sugerindo reuniões regionalizadas ou conjuntas com o Fórum de Secretários de Transporte, e da necessidade do FÓRUM ser reconhecido e promover a sua divulgação como estratégia; de tomar conhecimento do que está ocorrendo nos Estados, identificar parceiros, procurar soluções articuladas e solidárias. Indagado pela representante da FIDEM sobre as possibilidades de apoio da ANTP na questão do chamado transporte alternativo, falou ainda sobre as experiências da regulamentação do "transporte clandestino" e do caos instalado, citando os casos de Santiago, México e Lima, e do Rio de Janeiro em que o governo não tem controle nem do sistema formal do transporte coletivo, nem do alternativo, alertando que a solução não era o transporte individual, mas a melhoria do transporte coletivo que passava inclusive por empresários comprometidos com a cidade. Finalmente apresentou o informe sobre o 12º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito, que tem como tema central o transporte na cidade do século XXI, a ser realizado em Recife de 14 a 18 de junho próximo. Além da atualidade dos temas a serem tratados, chamou atenção para a exposição do Min. Sérgio Cutolo da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano sobre a proposta de ação da SEDU, colocando-se à disposição para abrir espaço para o FÓRUM participar dessa reunião, e realizar encontro num evento paralelo ao Congresso. Aberta a discussão, Dr. Jorge Branco ponderou que o transporte clandestino decorre de fator conjuntural, levando à falência do transporte formal, que precisa ser qualificado e alertou sobre a necessidade de recuperar a capacidade gerencial do poder público e a gestão dos transportes coletivos para o Estado, mesmo que seja operado pela iniciativa privada. Concordando o plenário que não havia setor que expressasse mais o caráter público que o transporte de passageiros, concluiu-se em debater o problema do transporte como um tema metropolitano, como uma questão urbana a partir dos órgãos de gestão metropolitana, evidenciando os elementos que repercutem na cidade, no sistema e sobre os usuários. A seguir, usou a palavra a representante da CONDER/BA, Fátima Espinheira, que justificou o atraso, e de modo sintético falou da ampliação das funções da entidade para todo o Estado, em decorrência da fusão da URBIS assumindo além do planejamento e gestão metropolitana, a promoção do desenvolvimento urbano no Estado, a parte de obras e as funções de recuperação do Centro Histórico de Salvador. Dado ao adiantado da hora, o Senhor Presidente encerrou a sessão, convidando a todos para a **visita aos projetos de revitalização do Centro Histórico de Belém**, sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura do Estado.



### PLENÁRIA 3: Proposta de reorganização do FÓRUM

Aos 30 (trinta) dias de abril de 1999, às 9 (nove) horas, no Novotel Belém, o Presidente Dário Lisboa deu por aberta a terceira sessão plenária da 8ª Reunião Ordinária do FÓRUM, passando a palavra a mim, Ermelinda Gonçalves, para na qualidade de secretária executiva fazer a apresentação da proposta encaminhada pela EMPLASA em atendimento à resolução da Reunião de Nova Iguaçu. **Colocada em discussão**, foram assinalados vários equívocos na proposta sendo sugerido pela representante da CONDER, discutir por parte: a representação, atividades, sede e sustentabilidade político-financeira. Assim, foi feita uma avaliação da atuação do FÓRUM, que em seu último período ficou muito restrita a seus membros, evidenciando-se a diferença entre entidades como a ANTP e o FÓRUM e/ou o Fórum de Prefeitos, sendo reafirmados o caráter de articulação do FÓRUM, de representação dos gestores de entidades metropolitanas - governamentais - para tratar de questões metropolitanas; os seus objetivos básicos; e os princípios sintetizados na *Carta de Brasília*. Observou-se a necessidade do FÓRUM atuar não apenas na troca de experiência e de informações mas de forma mais propositiva como facilitador/viabilizador/ mobilizador unificando forças para buscar soluções, como agente indutor de políticas públicas nacionais com repercussão nas regiões metropolitanas, interlocutor e parceiro das iniciativas de interesse urbano e metropolitano, buscando parcerias de qualificação técnico-profissional a exemplo da ANTP, e propugnando por ações mais efetivas para recompor a capacidade dos Estados de investir nas regiões metropolitanas como espaços estratégicos. Sendo portanto a "proposta" rejeitada uma vez que altera o projeto inicial do FÓRUM e a sua estrutura organizacional. Com referência à sede, dado o caráter do FÓRUM, manteve-se a idéia de sede intinerante. Sobre a sustentabilidade política, ficou evidenciado que decorre do compromisso dos gestores metropolitanos, já as condições financeiras, considerando a necessidade de despesas para assegurar por exemplo a presença de convidado ou o deslocamento de representante do FÓRUM para reuniões etc foram propostas: a inclusão de rubrica no orçamento de cada entidade para viabilizar a participação no FÓRUM; associar as reuniões do FÓRUM a outros eventos; taxa mensal no valor de R\$100,00 numa forma de poupança ou valor maior; analisar a experiência sobre o assunto, de outros Fóruns ou entidades, propondo-se a representante da CONDER, a assumir essa atribuição. Concluído esse item da pauta, foram **distribuídos pela secretária executiva**, quadro resumo do arranjo institucional das entidades metropolitanas e das funções públicas de interesse comum, por região metropolitana, elaborados pela FIDEM, para análise e encaminhamento das correções e/ou complementações à FIDEM para atualização, bem como de material sintético do Workshop sobre "Cidades sustentáveis" - Agenda 21 Brasileira, realizado no Rio de Janeiro de 4 a 6 de fevereiro/99 pelo Consórcio Parceria 21, formado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, Instituto Social de Estudos da Religião - ISER e pela Rede de Desenvolvimento -REDEH, um dos vencedores da Concorrência Pública Nacional 98/398 no âmbito do Programa "Formulação e Implementação de Políticas Públicas Compatíveis com os Princípios do Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 21 - Projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD BRA/94/016" executado sob a coordenação e supervisão geral do Ministério de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal (a versão completa "Documento preliminar 2" está disponível para consulta no endereço <http://www.ibam.org.br/parc21/>). A seguir, o Presidente colocou em votação proposta da representante da CONDER para realização imediata da última sessão plenária, tendo em vista o horário de retorno de alguns membros, sendo aprovada pelos presentes; e deu por encerrada a presente sessão.



#### PLENÁRIA 4: DE ENCERRAMENTO

Reiniciados imediatamente os trabalhos, o Senhor Presidente passou à **eleição da diretoria do FÓRUM**, nos termos regimentais para o período de um ano. Facultada a palavra, após as considerações feitas pelos representantes das diversas entidades metropolitanas presentes, foram eleitos por unanimidade, respectivamente: Presidente – o Secretário Executivo de Desenvolvimento Urbano e Regional do Pará - SEDURB-PA, Paulo Elcídio Chaves Nogueira; 1º Vice-Presidente – o Diretor Superintendente da Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN, Jorge Branco; e 2º Vice-Presidente - a Diretora-Presidente da Fundação de Desenvolvimento Municipal – FIDEM, Amélia Reynaldo. Para exercer a função de Secretário Executivo, o Presidente eleito acatando sugestão da representante do CONDER, indicou Dário Lisboa Fernandes Junior, Diretor de Assuntos Urbanos e Metropolitanos da COHAB-PA, que foi aclamado pelos presentes. A seguir, na qualidade de Presidente da Reunião, Dr. Dário Lisboa deu posse aos eleitos. O novo presidente, Dr. Paulo Elcídio, apesar de deixar claro o temor de assumir a tarefa uma vez que estava iniciando a estruturação da SEDURB, e havia determinadas questões do FÓRUM que eram imediatas, agradeceu a confiança e manifestou a disposição de dar andamento ao trabalho do FÓRUM com o apoio de todos. A seguir, passou ao último item: **estabelecimento da Pauta mínima do FÓRUM, definição do local e período da próxima reunião.** Foram levantados pelos participantes, diversas questões a serem consideradas para estabelecer a pauta mínima do FÓRUM para o presente exercício: o papel de articulação e agregação das RM's-; temas de acumulação - formulações e conceitos; temas de resolutividade; parcerias na resolução de problemas comuns; articulação com os parceiros já consolidados: ANTP e IPEA e inserção de novos parceiros; resgate da idéia de um Programa Nacional de Gestão Metropolitana; contato com a SEDU/PR e outros órgãos federais para conhecer as propostas de desenvolvimento urbano e metropolitano; estabelecimento de prioridade e estratégia, assumindo como plataforma as áreas temáticas relacionadas na proposta de "Reorganização do FÓRUM" encaminhada pela EMPLASA, que de certa forma já vinha sendo discutidos, incluindo-se a "política urbana – Estatuto da Cidade", em discussão no Congresso Nacional. A seguir, foi discutida a proposição do Secretário Executivo da ANTP de realização de reunião extraordinária do FÓRUM em Recife, como evento paralelo ao Congresso Nacional de Transporte e as possibilidades de realização de reunião ordinária em Salvador em outubro ou Curitiba em fins do segundo semestre, sendo por fim, aprovada a realização da próxima reunião em Brasília, em fins de junho ou em julho para discussão da pauta mínima ou agenda de trabalho do Fórum aproveitando a ocasião para agendar audiência com o Min. Sérgio Cutolo, A presidência do Fórum assumiu a incumbência de preparar proposta para discussão da pauta do Fórum, cabendo ao Secretário Executivo as providências necessárias para a realização da Reunião, entre as quais: estabelecer contatos com as entidades que integram o FÓRUM que em função de mudanças institucionais ou dificuldades locais não puderam comparecer; com dirigentes de órgãos de regiões metropolitanas institucionalizadas mais recentemente; e com o IPEA para prestar apoio à reunião; e agendar audiência com o Min. Sérgio Cutolo para conhecer as proposições da Secretaria e para apresentação do FÓRUM, das suas preocupações e temas de interesse. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, o apoio da equipe da COHAB/PA, e deu por **encerrada a Reunião**, da qual para contar, eu, Ermelinda Gonçalves, na qualidade de secretária executiva passando o cargo bem como o arquivo do FÓRUM a Dr. Dário Lisboa Fernandes Júnior, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por quem de direito. Belém, 30 de abril de 1999.

*Ermelinda Gonçalves*